

Informativo Técnico AGRIS, n. 1, jan. 2012

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>

INFORMATIVO TÉCNICO AGRIS

Nº 1 - Janeiro 2012

Territórios da Cidadania

uma comparação entre indicadores do Sul e do Semi-Árido

Introdução

O Programa Territórios da Cidadania foi lançado em 2008 pelo Governo Federal visando instituir uma abordagem integrada que possibilitasse promover o desenvolvimento econômico e inserção social nas áreas mais carentes do país. Os Territórios são caracterizados como: *“um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica”*. A estratégia de agregação é justificada como sendo a forma eficaz de demonstrar: *“a realidade de grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade”*, o que facilitaria o planejamento de ações conjuntas e multilaterais necessárias à promoção do desenvolvimento.¹

A gestão do Programa é colegiada. Os Ministérios envolvidos constituem o Comitê Gestor Nacional e os órgãos federais, estaduais e representantes municipais compõem o Comitê de Articulação Estadual. Os representantes indicados pelo setor público, conjuntamente com os representantes da sociedade civil em cada Território se organizam no Colégio Territorial, o espaço de diálogo, planejamento e execução das ações no Território da Cidadania.

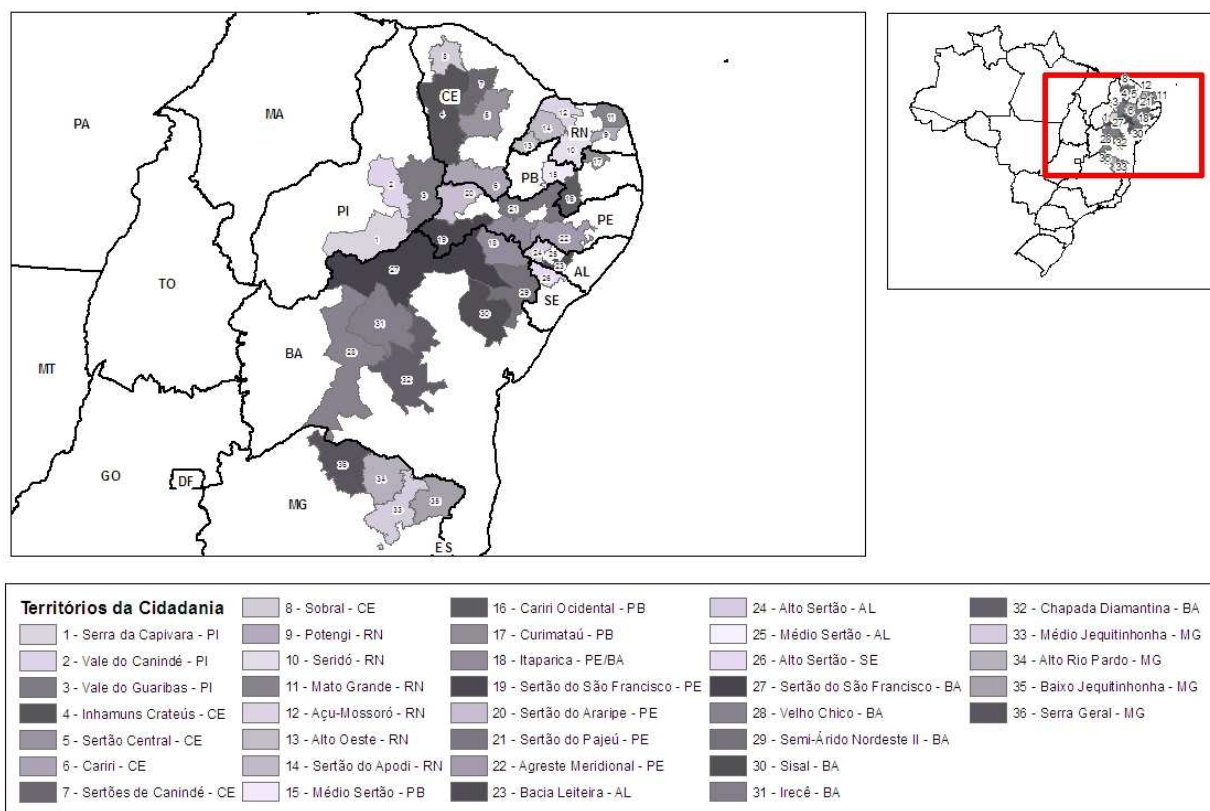
Até o presente, foram definidos 120 Territórios da Cidadania (TCs), que cobrem mais da metade do território brasileiro, compreendendo 1.851 municípios (um terço do total). Os TCs se localizam em todas as regiões do País, predominantemente na região Nordeste (48%) e na região Norte (22%). Cada Território é composto, em média, de 15 municípios, embora com grande disparidade, observando-se um menor número médio de municípios nas regiões Norte e Centro-Oeste.

¹ Revista Territórios da Cidadania: integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. MDA: março, 2009. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/portal/publicacoes> . Acesso em setembro de 2011.

Uma forma de avaliar o papel do crédito na promoção de uma maior inclusão social é avaliar o perfil de financiamento da atividade agropecuária no Brasil, em particular dentro da agricultura familiar. O presente informativo se propõe, com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, a analisar os 10 Territórios da Cidadania da Região Sul e os 36 Territórios da Cidadania inseridos dentro da região do Semi-Árido nordestino. Vale lembrar que os Territórios da Cidadania compreendem apenas aqueles municípios que se encontram em condições sócio-econômicas menos favorecidas espalhados ao longo de todo território nacional.

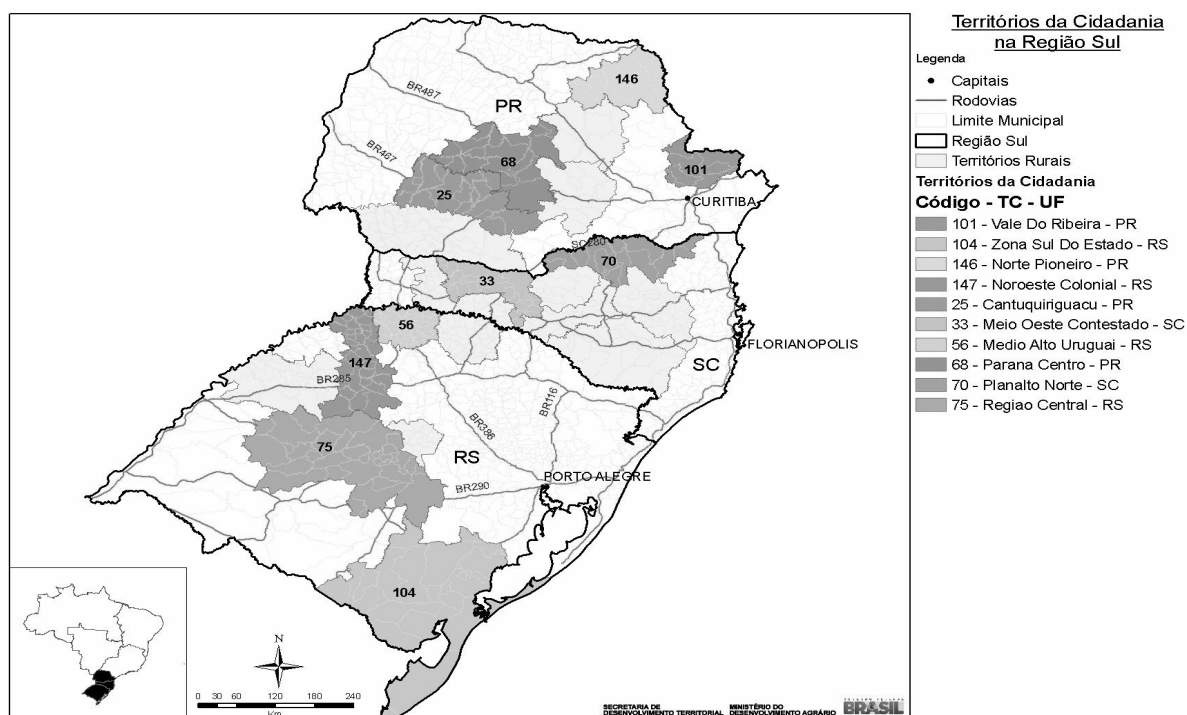
Ao centrar o foco da análise nos Territórios da Cidadania objetivou-se mapear as áreas de maior vulnerabilidade social do país utilizando o critério consagrado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), mas, simultaneamente, ao selecionar a região menos favorecida (Semi-Árido) ao lado de outra região mais desenvolvida (Sul), buscou-se avaliar se, mesmo as regiões menos favorecidas (TCs) apresentam distintos padrões de financiamento e investimento, em função de sua localização. Embora no Sul do país os TCs sejam definidos, no caso do Semi-Árido foram necessários critérios adicionais de seleção, já que, como alguns TCs têm alguns municípios que fazem parte da região do Semi-Árido e outros que não estão nela incluídos, foram selecionados para a análise 36 Territórios da Cidadania para os quais 75% ou mais dos municípios localizam-se na região do Semi-Árido. Tais Territórios englobam 598 municípios, dos quais 588 pertencem ao Semi-Árido, de forma que nos TCs selecionados estão mais da metade dos municípios do Semi-Árido. Esses Territórios da Cidadania estão distribuídos em 9 estados brasileiros: PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA e MG. Nas figuras abaixo, estão ilustrados os TCs do Semi-Árido (Figura 1) e da região Sul (Figura 2).

Figura 1: Territórios da Cidadania da Região do Semi-Árido



Fonte: AP / DEAICO / GEOBNDES

Figura 2: Territórios da Cidadania da Região Sul



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial: Ministério de Desenvolvimento Agrário

A análise preliminar dos dados do Censo Agropecuário de 2006 indica que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem grande importância na economia agropecuária de ambas regiões. Ainda que a região Sul concentre o maior volume de crédito Pronaf, o papel do Programa dentro da região do Semi-Árido é ainda mais determinante, uma vez que os agricultores do Semi-Árido mostram-se mais dependentes dessa fonte de financiamento devido à quase inexistência de outras fontes de crédito agrícola. Na região Sul, além do Pronaf os agricultores contam também com financiamento obtido através de cooperativas de crédito, empresas integradoras e fornecedores de matéria-prima. Além disso, observa-se um investimento em tecnologia bem mais pronunciado nos 10 TCs do Sul em relação aos 36 TCs do Semi-Árido. Em particular, o volume investido nos 10 TCs do Sul em máquinas é 7 vezes maior que nos 36 TCs do Semi-Árido e o volume investido em tratores é 5 vezes maior.

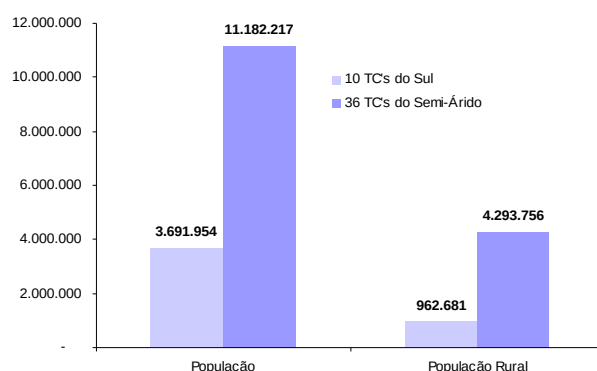
Os 36 TCs na região do Semi-Árido brasileiro apresentam uma situação precária do ponto de vista da atualização das técnicas produtivas. À exceção de umas poucas regiões, dentre as quais aquelas áreas próximas ao rio São Francisco dedicadas à fruticultura e umas poucas “ilhas de produção”, os Territórios se caracterizam pela utilização de técnicas arcaicas de produção. Baixa aplicação de adubos e corretivos, utilização escassa de máquinas e implementos agrícolas com prevalência de tração manual e animal, pouca irrigação e preparo do solo com uso de técnicas rudimentares que resultam, a médio e longo prazo, em maior erosão do solo. Esta situação delineia um estado da arte fortemente defasado na produção agrícola nos 36 Territórios da Cidadania do Semi-árido².

² Ver Maia, G et al (2011) *Produção, Atualização Tecnológica e Financiamento na Agricultura nos Territórios da Cidadania do Semi-Árido brasileiro: uma avaliação a partir do Censo Agropecuário de 2006*. BNDES Setorial nº34.

Demografia Local e a Agricultura Familiar

Consta no Censo Demográfico de 2010 que o Brasil conta com uma população rural equivalente a quase 30 milhões de pessoas. Desse montante, praticamente metade encontra-se na região Nordeste. Mais especificamente, a região Nordeste concentra 47,8% da população rural brasileira. Quando comparamos diretamente a região Sul com a região Nordeste, vemos que além de mais populosa, a região Nordeste também tem um percentual maior de população rural. No Nordeste temos uma população total de 57 milhões de pessoas, sendo que deste total 26,9% fazem parte da população rural. Já no Sul do país temos uma população de 27 milhões de pessoas, das quais 15,1% constituem a população rural da região. Como resultado, a população rural do Nordeste é 3,5 vezes maior que a população rural do Sul: 14,3 milhões contra 4,1 milhões. Esta comparação entre os TCs do Sul e do Semi-Árido – com base no Censo Agropecuário de 2006 – pode ser visualizada no gráfico 1:

Gráfico 1: Demografia dos 10 TC's do Sul contra os 36 TC's do Semi-Árido – 2006 – Número de pessoas



Fonte: Censo Agropecuário de 2006. IBGE

Um maior detalhamento a partir do Censo Agropecuário de 2006, permite observar que os 10 TC's do Sul contemplam 244 municípios com 3,7 milhões de pessoas. Dentro desses municípios temos uma concentração maior de população rural que no restante da região Sul, equivalente a 26,1%. São 212 mil estabelecimentos de agricultura familiar nos 10 TC's do Sul, onde se encontram 16 mil famílias assentadas. O IDH médio dos 10 TC's do Sul é de 0,76, conforme exposto na Tabela 1.

Tabela 1: Demografia dos 10 TC's do Sul

	Nº de Municípios	População Total	População Rural	% Pop Rural	Nº Estab. de Ag. Familiar	Famílias Assentadas	IDH Médio
Cantueiriguaçu - PR	20	232.546	107.473	46,2%	21.184	4.264	0,72
Paraná Centro - PR	18	341.696	108.788	31,8%	23.167	2.040	0,73
Vale do Ribeira - PR	7	100.880	43.131	42,75	5.596	0	0,69
Norte Pioneiro - PR	29	312.660	77.149	24,7%	17.065	1.147	0,73
Meio Oeste Contestado - SC	29	271.996	72.666	26,72%	13.155	2.105	0,81
Planalto Norte - SC	14	357.082	84.430	23,64%	12.909	460	0,79
Médio Alto Uruguai - RS	34	189.946	91.610	48,23%	26.429	109	0,76
Região Central - RS	34	647.823	125.974	19,45%	31.965	1.250	0,81
Zona Sul do Estado - RS	25	863.956	151.765	17,57%	32.160	3.615	0,79
Noroeste Colonial - RS	34	373.369	99.695	26,70%	28.441	967	0,79
Soma 10 TC's do Sul	244	3.691.954	962.681	26,08%	212.071	15.957	0,76

Fonte: Censo Agropecuário de 2006. IBGE

Com relação aos 36 TC's da região do Semi-Árido Nordeste, encontramos 11 milhões de pessoas distribuídas entre 602 municípios, sendo que 38,4% das pessoas fazem parte da população rural da região. O número de estabelecimentos de agricultura familiar é quatro vezes maior que o número do Sul: 833 mil. Encontram-se também 73 mil famílias assentadas e um IDH médio de 0,63.

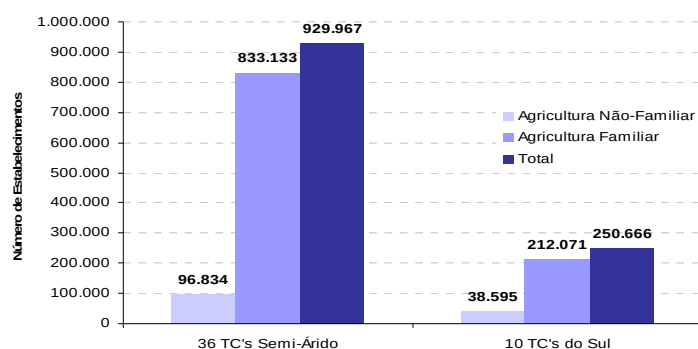
Tabela 2: Demografia dos 36 TC's do Semi-Árido Nordeste

	Nº de Municípios	População Total	População Rural	% Pop Rural	Nº Estab. de Ag. Familiar	Famílias Assentadas	IDH Médio
Potengi - RN	11	82.277	37.895	46,1%	5.224	1.124	0,62
Curimataú - PB	10	99.217	37.202	37,5%	8.665	762	0,58
Alto Sertão - AL	8	169.107	91.231	53,95%	10.042	1.038	0,58
Médio Sertão - AL	9	153.422	83.638	54,5%	16.144	0	0,56
Bacia Leiteira - AL	11	125.693	59.046	46,98%	11.433	357	0,58
Mato Grande - RN	15	223.761	114.246	51,06%	7.238	5.161	0,61
Cariri Ocidental - PB	17	121.544	45.483	37,42%	10.548	896	0,61
Médio Sertão - PB	24	232.614	55.707	23,95%	8.836	1.049	0,63
Itaparica - PE / BA	13	301.355	106.851	35,46%	16.494	2.564	0,67
Sertões de Canindé - CE	6	195.314	86.314	44,2%	17.416	3.261	0,62
Irecê - BA	20	403.070	155.392	38,6%	41.011	1.532	0,61
Vale do Canindé - PI	17	121.120	62.858	51,90%	14.715	726	0,6
Serra da Capivara - PI	18	140.761	79.133	56,2%	19.472	2.139	0,61
Alto Sertão - SE	7	146.529	78.198	53,37%	12.833	3.564	0,58
Açú-Mossoró - RN	14	455.589	87.030	19,10%	6.308	6.786	0,7
Baixo Jequitinhonha - MG	20	270.516	97.184	35,93%	7.448	390	0,68
Sertão do Araripe - PE	10	307.658	142.520	46,32%	25.908	423	0,62
Alto-Oeste - RN	30	196.280	69.115	35,21%	11.169	0	0,64
Sertão do Apodi - RN	17	157.247	55.790	35,5%	9.152	2.860	0,63
Sertão do Pajeú - PE	20	395.293	153.673	38,9%	35.024	1.810	0,65
Seridó - RN	25	295.748	70.676	23,90%	11.266	1.007	0,69
Médio Jequitinhonha - MG	19	287.396	128.117	44,6%	20.410	383	0,65
Alto do Rio Pardo - MG	15	192.118	86.210	44,87%	16.097	30	0,65
Sobral - CE	17	450.391	128.767	28,59%	21.484	1.000	0,65
Sisal - BA	20	582.331	33.149	57,21%	58.238	2.482	0,6
Cariri - CE	27	892.558	266.418	29,85%	48.208	605	0,66
Sertão Central - CE	12	362.091	158.415	43,75%	32.549	2.096	0,63
Inhamuns Crateús - CE	20	524.175	235.562	44,94%	45.145	3.649	0,64
Vale do Guaribas - PI	39	340.286	180.816	53,1%	47.428	1.193	0,6
Chapada Diamantina - BA	24	376.467	189.114	50,2%	36.876	3.590	0,63
Semi-Árido Nordeste II	18	407.964	224.676	55,07%	55.761	668	0,58
Serra Geral - MG	16	285.678	105.196	36,8%	19.357	1.793	0,65
Agreste Meridional - PB	20	587.086	257.840	43,92%	44.493	2.609	0,6
Velho Chico - BA	16	370.102	197.622	53,40%	31.256	9.227	0,62
Sertão do São Francisco - BA	10	494.624	178.664	36,12%	31.768	2.371	0,64
Sertão do São Francisco - PE	7	434.835	154.008	35,42%	17.717	4.694	0,72
36 TC's do Semi-Árido	602	11.182.217	4.293.756	38,40%	833.133	73.839	0,63

Fonte: Censo Agropecuário de 2006. IBGE

A importância da agricultura familiar nas regiões comparadas é ratificada quando se compara o número de estabelecimentos de agricultura familiar no total dos estabelecimentos agrícolas. Na região dos TCs do Semi-Árido 89,5% dos estabelecimentos são de agricultura familiar, enquanto que na região Sul, nos 10 TCs este percentual atinge 84,5%. É o que se observa no Gráfico 2.

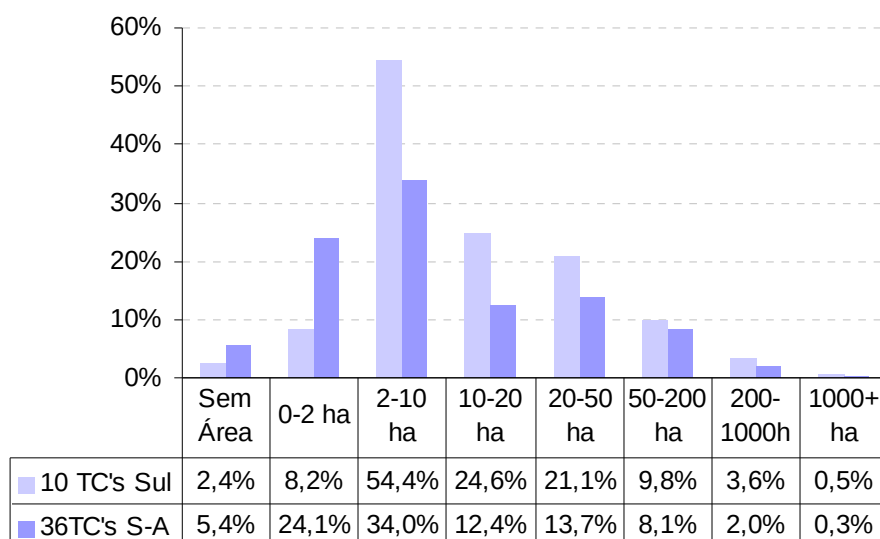
Gráfico 2: Participação da Agricultura Familiar em Número de Estabelecimentos – 10 TC's do Sul vs 36 TC's do Semi-Árido



Fonte: Censo Agropecuário de 2006. IBGE

Outra informação relevante se refere a caracterizar as regiões dos TCs do Sul e dos TCs inseridos no Semi-Árido quanto à distribuição dos estabelecimentos agropecuários em relação ao tamanho dos estabelecimentos em hectare. O gráfico 3 - que apresenta um histograma da região por área - nos revela que, em linhas gerais, a distribuição fundiária como um todo nas duas regiões analisadas não apresenta diferenças gritantes. Nas pequenas propriedades observamos uma concentração um pouco maior de estabelecimentos de 0-2 ha e uma concentração relativamente menor nos estabelecimentos de 2-10 ha nos TCs do Semi-Árido em comparação aos TCs da Região Sul do Brasil. No entanto, o importante a destacar é que o percentual acumulado de estabelecimentos com área de 2 a 10 ha chega a cerca de 58,1% do total nos TCs do Semi-Árido e 62,6% do total nos 10 TCs do Sul, ressaltando a importância das pequenas propriedades nos TCs avaliados. De acordo com a classificação do Incra, constata-se que a maioria dos estabelecimentos dos TCs em tela pode ser classificada como minifúndio³.

Gráfico 3: Histograma (número de estabelecimentos agrícolas, por grupo de extensão territorial)



Fonte: Censo Agropecuário de 2006. IBGE

³ Acerca do tamanho das propriedades rurais, ver Lei 8.629/93. A referência usual é em módulos fiscais, conceito que corresponde à parcela aproveitável da área total, cuja correspondência em termos de hectares varia conforme o município, sendo fixada por meio de portarias do Incra.

A Receita dos Estabelecimentos Agropecuários

Temos no Brasil, segundo o Censo Agropecuário de 2006, mais de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários, sendo que a agricultura familiar responde por 84,4% desses estabelecimentos. Em termos de receita, os estabelecimentos agropecuários obtiveram em 2006 uma receita de R\$121 bilhões, dos quais R\$41,4 bilhões, ou 33,9% do total, foram originados em estabelecimentos de agricultura familiar. As receitas dos estabelecimentos de agricultura familiar corresponderam a um terço da receita agropecuária total, embora a agricultura familiar representasse quase 85% do total dos estabelecimentos.

Quando calculamos as receitas médias de todos estabelecimentos agropecuários (receita anual dividida pelo número de estabelecimentos), constatamos que os 36 TCs do Semi-Árido Nordeste encontram-se bem abaixo da média nacional, representando apenas metade da renda média dos 120 TCs do Brasil, que por sua vez representa metade da média nacional. Pela tabela 3, vê-se que a receita anual média por estabelecimento no Brasil é mais de R\$ 23 mil, contra R\$ 12 mil nos 120 TCs do Brasil, e R\$ 6 mil nos 36 TCs do Semi-Árido. Ao mesmo tempo, a receita média anual por estabelecimento nos 10 TCs do Sul corresponde a mais do dobro da receita média por estabelecimento dos demais 120 TCs do Brasil.

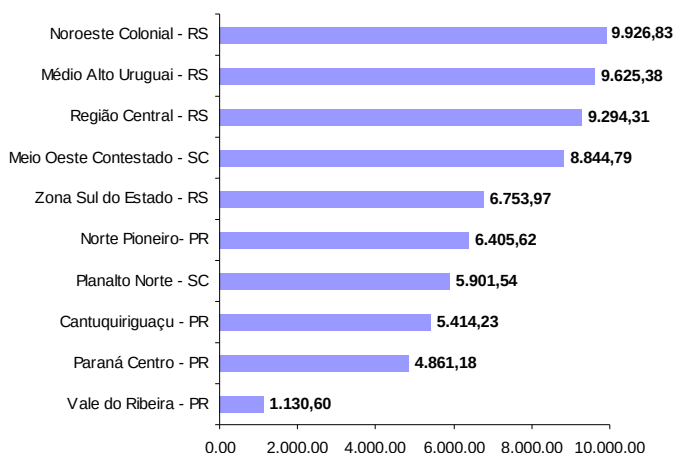
Tabela 3: Valor das Receitas Anuais Médias por Estabelecimento Agropecuário (Receita Anual/Nº de Estab.) – 2006

	<u>R \$</u>
Brasil	23.534,0
Norte	10.509,2
Nordeste	9.250,2
Sudeste	43.490,1
Sul	34.785,0
Centro-Oeste	57.326,8
120 TC's do Brasil	12.787,6
36 TC's do Semi-Árido	6.021,7
10 TC's do Sul	26.728,8

Fonte: Censo Agropecuário de 2006. IBGE

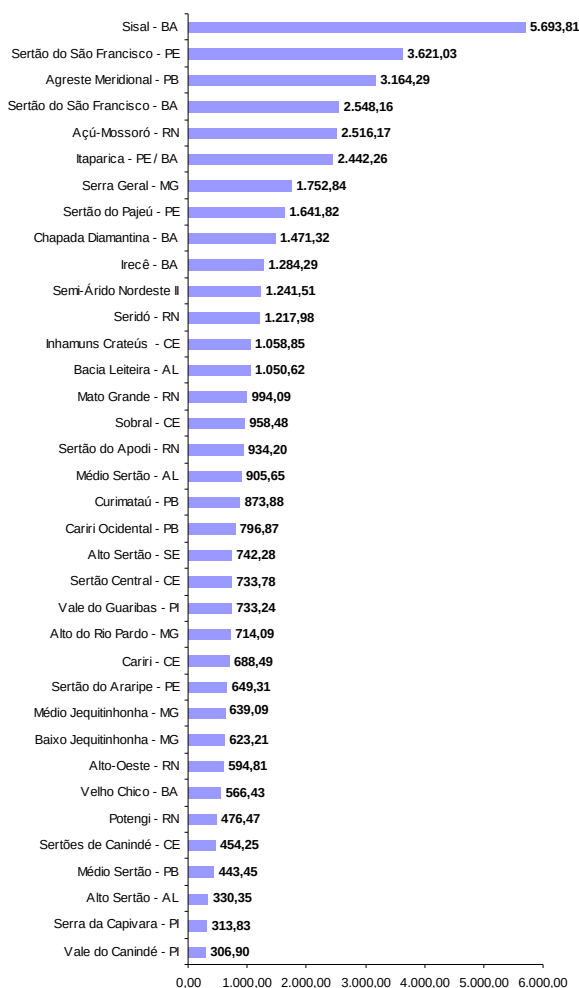
Ao se analisar as receitas dos 10 TCs do Sul, constata-se que os TCs do Rio Grande do Sul são os mais ricos: receita anual *per capita* (receita dos estabelecimentos agropecuários dividido pela população rural) acima de R\$ 9.000,00, ou o equivalente a R\$ 750,00 mensais. O Vale do Ribeira no Paraná se destaca em relação aos demais por se encontrar consideravelmente abaixo da média dos demais TCs. Este território produz uma receita inferior a R\$ 100,00 mensais por indivíduo da população rural.

**Gráfico 4: Receita Anual Média Agropecuária em Reais dos 10 TC's do Sul
(Receita Anual/População Rural)**



Fonte: Censo Agropecuário de 2006. IBGE

**Gráfico 5: Receita Anual Média Rural em Reais dos 36 TC's do Semi-Árido
(Receita Anual/População Rural)**



Fonte: Censo Agropecuário de 2006. IBGE

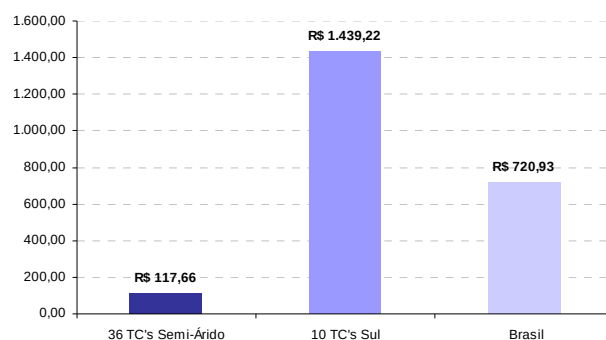
A mesma avaliação das receitas anuais médias para os 36 TCs do Semi-Árido leva à constatação de que existe uma gritante diferença entre as regiões. No caso dos TCs do Semi-Árido o TC de maior receita, Sisal na Bahia com maior receita anual per capita, no valor de R\$5.693,81, tem uma receita substancialmente maior do que o segundo colocado, Sertão do São Francisco em Pernambuco e, mesmo assim, tem receita inferior a quase totalidade dos TCs do Sul. O já citado Território da Cidadania do Vale do Ribeira, no Paraná, que possui uma receita média consideravelmente inferior a todos demais Territórios da Cidadania da região Sul, estaria ligeiramente abaixo da média da totalidade dos Territórios da Cidadania do Semi-Árido, cuja média encontra-se em R\$1.254,95. Por motivos óbvios, a dispersão da renda entre os TCs do Semi-Árido também é bem maior que no Sul, já que a região concentra um número bem maior de territórios.

Investimento e Financiamento

Em todo Brasil, quase 1 milhão de estabelecimentos agropecuários conseguiram obter algum tipo de financiamento, segundo o Censo Agropecuário de 2006. Foram 919.111 estabelecimentos agropecuários no Brasil, dos quais 780.597 estabelecimentos são de agricultura familiar. Dentro dos 36 TCs do Semi-Árido, tivemos 135 mil estabelecimentos agropecuários com acesso a financiamento, sendo 122 mil de agricultura familiar. Portanto, 14,7% do total de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar conseguiram algum tipo de financiamento ao longo do ano. Enquanto isso, existem 84 mil estabelecimentos de agricultura familiar que obtiveram algum tipo de financiamento nos 10 TCs do Sul dentro de um universo de 212 mil estabelecimentos de agricultura familiar na região. Dessa forma, pode-se dizer que no Sul 39,9% dos estabelecimentos de agricultura familiar conseguiram acesso a crédito.

O volume de crédito circulando dentro dos 10 TCs do Sul é quase 3 vezes superior ao volume de crédito concedido na região do Semi-Árido: R\$ 1,4 bilhão no Sul contra R\$ 505 mil no Semi-Árido. Quando ponderamos esses valores pela população rural de cada região, a distância entre as duas regiões aumenta bem mais. Conforme podemos observar no gráfico 6, o volume de financiamento *per capita* nos 10 TCs do Sul é mais de 12 vezes superior ao volume de financiamento *per capita* nos 36 TCs do Semi-Árido. Enquanto que os TCs do Sul conseguem uma média de R\$ 1.439,22 – o que equivale ao dobro da média nacional – na região do Semi-Árido a média fica em R\$ 117,66 – sensivelmente abaixo do resto do país.

Gráfico 6: Financiamento Rural Per Capita (Valor do Financiamento/População Rural) – 2006



Fonte: Censo Agropecuário de 2006. IBGE

No que diz respeito às fontes de financiamento, observamos outra grande disparidade entre as duas regiões. Ainda que os bancos sejam em grande medida a principal fonte de recursos em ambas regiões, observamos uma maior diversidade de fontes de financiamento entre os 10 TCs do Sul. Em particular, foram obtidos R\$ 118 milhões em financiamentos através de cooperativas de crédito nos 10 TCs do Sul, enquanto que nos 36 TCs do Semi-Árido foram obtidos apenas R\$ 6,5 milhões. Outros R\$ 43 milhões em financiamento foram obtidos no Sul através de empresas integradoras e mais R\$ 39 milhões através de fornecedores de insumos e equipamentos. Enquanto isso, nos 36 TCs do Semi-Árido os valores financiados através de empresas integradoras e fornecedores foram de apenas R\$ 210 mil e R\$ 6 mil, respectivamente, conforme explicitado na tabela 4.

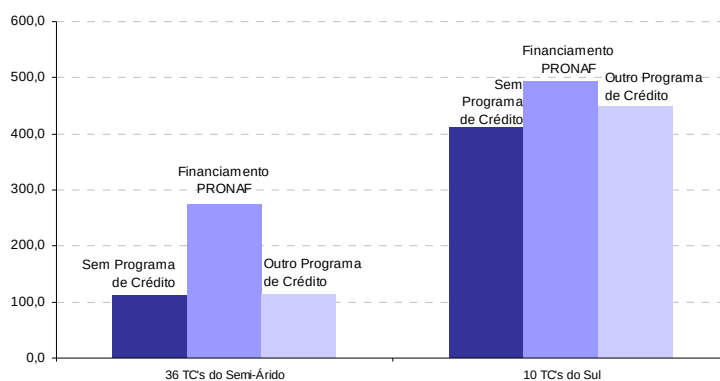
Tabela 4: Valor do Financiamento a atividades agropecuárias, em milhões de reais, por Fonte de Financiamento – 2006

	10 TCs do Sul	36 TCs do Semi-Árido
Bancos	1.155,15	487,64
Cooperativas de crédito	118,09	6,55
Empresa integradora	43,30	0,21
Fornecedores (insumos e/ou equipamentos)	39,61	0,01
Comerciantes de matéria prima	3,03	0,01
Parentes ou amigos	2,77	0,90
Outro agente	2,55	1,99
Outras instituições financeiras (exceto bancos e cooperativas)	2,42	2,65
Organização Não-Governamental - ONG	0,01	0,24
Total	1.385,51	505,20

Fonte: Censo Agropecuário de 2006. IBGE

Finalmente, podemos constatar que os 10 TCs do Sul tem maior acesso ao crédito Pronaf. São R\$492 milhões em crédito Pronaf concedido nos 10 TCs do Sul contra R\$274 milhões nos 36 TCs do Semi-Árido, ou seja, um volume quase duas vezes maior. Apesar disso, vemos pelo gráfico 7 que o Pronaf tem um papel ainda mais relevante dentro dos 36 TCs do Semi-Árido, uma vez que sua participação no volume total de crédito é bem maior, o que torna a região mais dependente do crédito Pronaf do que a região dos 10 TCs do Sul. Note que o financiamento obtido nos 10 TCs do Sul que não fazem parte de programa de créditos são 3,6 vezes maior em relação ao dos 36 TCs do Semi-Árido, bem como o volume obtido através de outros programas de crédito que não fazem parte do Pronaf são 3,9 vezes maior.

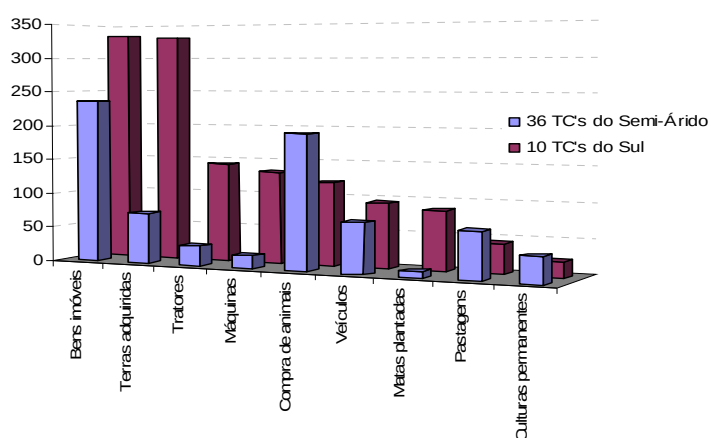
Gráfico 7: Volume de Financiamento a atividades agropecuárias, através de Programas de Crédito, em Milhões de Reais – 2006



Fonte: Censo Agropecuário 2006. IBGE

Como esperado, dado o volume financiado, o volume de recursos investido nos 10 TCs do Sul também é consideravelmente superior ao volume investido nos 36 TCs do Semi-Árido. Em especial, podemos observar que à exceção do investimento em compra de animais, pastagens e culturas permanentes, o valor investido em todas as demais categorias é maior nos 10 TCs do Sul do que nos 36 TCs do Semi-Árido. É particularmente discrepante o valor investido em máquinas e tratores nas duas regiões. Conforme ilustrado pelo gráfico 8, o investimento em máquinas (novas e usadas) nos 10 TCs do Sul alcançou o valor de R\$133 milhões enquanto que nos 36 TCs do Semi-Árido foi de R\$18 milhões. Já o investimento em tratores (novos e usados) foi de R\$142 milhões nos 10 TCs do Sul, ficou apenas em R\$28 milhões nos 36 TCs do Semi-Árido. Ou seja, um investimento em máquinas e tratores 7 vezes maior e 5 vezes maior, respectivamente.

Gráfico 8: Investimento por Categoria, em Milhões de Reais – 2006



Fonte: Censo Agropecuário 2006. IBGE.

Comentários Finais

Como apresentado no Informativo, o conjunto dos Territórios da Cidadania não apresenta características homogêneas, como se poderia supor em uma primeira análise. A delimitação dos TCs teve o objetivo de identificar, em todo o território nacional, os municípios com maior vulnerabilidade social. Efetivamente, os TCs englobam os municípios mais vulneráveis dentro do contexto sócio-econômico da região em que se localizam. Dada, porém, a extrema heterogeneidade regional brasileira, esse contexto sócio-econômico pode ser bastante distinto de uma região para outra, de forma que as características de cada TC também podem sê-lo. Quando se analisam os TCs dos dois extremos do espectro de desenvolvimento regional do país (Sul vs. Semi-Árido), essas diferenças se tornam evidentes.

Embora a população rural seja percentualmente mais relevante no Semi-Árido brasileiro do que na região Sul, a atividade agropecuária apresenta melhores resultados nessa última região. Como visto, a receita média dos TCs do Sul é, em geral, bastante superior àquela do Semi-Árido. Da mesma forma, o perfil do investimento realizado nos TCs do Sul relaciona-se a uma estrutura produtiva mais desenvolvida, com volumes maiores de recursos sendo investidos em máquinas e tratores. Por fim, o crédito é mais disseminado e os recursos concedidos são mais volumosos nessa região do que no Semi-Árido, além de o crédito ser fornecido também por outras instituições que não apenas os bancos.

Nota-se, então, a necessidade de que as políticas públicas de apoio à atividade agropecuária e, sobretudo, àquela desenvolvida em estabelecimentos de agricultura familiar, priorizem o Semiárido brasileiro em relação a outras regiões. Isso já é feito, de certa forma, pelo Pronaf B, que atende prioritariamente ao Nordeste do país, mas ainda é insuficiente para promover a redução da heterogeneidade regional brasileira. Para contribuir com isso, seria importante a ampliação das linhas que promovessem o financiamento a agricultores familiares menos capitalizados, objetivando uma carteira de crédito agropecuário espacialmente distribuída e conseqüentemente mais equânime.

Equipe Responsável

Guilherme Baptista da Silva Maia – Gerente
Flávia Castro e Silva Gonçalves – Economista

Superintendente AGRIS: Marcelo Porteiro Cardoso

